

## **Evento V: Apresentação dos Planos Metropolitanos de Curitiba e Belo Horizonte**

**Data:** 20/11 /2015

**Tema:** Apresentação e análise de Planos Metropolitanos realizados em outros estados, sob o enfoque do processo de elaboração e dos produtos resultantes: o PDDI da Região Metropolitana de Curitiba/RMC e o PDDI da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

### **Memória da Reunião:**

A reunião teve por objetivo a análise de planos recentes realizados em outros estados para as regiões metropolitanas, tanto pelo enfoque do processo de elaboração quanto dos principais produtos resultantes e integrantes dos planos. Apresentação dos planos ficou a cargo da geógrafa Claudia Russo e da urbanista Rosanne Lipp Heidrich analista do DEPLAN/SEPLAN Após pesquisa na internet identificou-se que os documentos relativos aos planos das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Curitiba, estavam disponíveis o que permitiria a análise dos documentos. Respeitando a ordem cronológica dos períodos de realização desses planos apresentou-se inicialmente o **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba**, o qual iniciou em 2001 a partir da constatação, pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba/COMEC, da necessidade de elaboração de um novo plano para a Região Metropolitana de Curitiba - RMC, uma vez que o Plano de Desenvolvimento Metropolitanos/PDM de Curitiba, datado de 1974 por ocasião da formalização das regiões metropolitanas no país pelo governo federal, havia considerado os 14 municípios que inicialmente integravam a RMC e, em 2006, estes somavam 26. Atualmente a região concentra 31% da população do estado e entre as demais RMs do país é a de maior extensão territorial, seguindo o mesmo processo de urbanização intensa. Seu Núcleo Urbano Central - NUC concentra 94,24% da população total metropolitana. As diretrizes do PDM de 1974 estavam superadas em função do crescimento real da região, em direção à áreas não previstas inicialmente. Portanto, em 2002, após um ano de debates, o PDI/RMC tem sua elaboração iniciada, sendo publicado em 2006. Conforme expresso no texto de introdução ao plano, este deveria estabelecer uma nova estratégia de desenvolvimento da RMC. Em resposta às questões colocadas inicialmente, entre os vários setores considerados o plano deveria orientar a ação do setor público e, diante da impossibilidade de abordar todos os aspectos inerentes à realidade metropolitana, abordar os aspectos mais críticos relacionados às funções públicas de interesse comum - FPIC. A seleção destes aspectos recaiu sobre o *modelo institucional de gestão metropolitana* e sobre as *diretrizes de organização do território*. Para orientar a futura organização do território foram realizados estudos e diagnósticos da região sob diferentes enfoques. Sob o enfoque ambiental, a região foi analisada pela COMEC com o apoio da Mineropar e foram elaborados mapas que indicavam as zonas de fragilidade ambiental, seja para a preservação dos mananciais e áreas remanescentes de florestas, ou para a prevenção de riscos ambientais, no caso da ocupação urbana. Os vetores de crescimento a partir do Nucleo Central Urbano - NUC, constituído por Curitiba e áreas ocupadas nos municípios limítrofes foram identificados. Os tipos de uso do solo, rural ou urbano foram propostos para as áreas de expansão. A área metropolitana do NUC foi analisada segundo o “fator de acessibilidade urbana” que representa a função exercida pelo sistema viário que dá suporte aos deslocamentos dos passageiros e cargas dentro do espaço urbano, a fim de definir as áreas propícias, ou impróprias, à expansão da ocupação urbana ou industrial. Foram definidas duas linhas estratégicas para a organização do território: 1ª proteção, conservação e preservação do meio-ambiente; 2ª ordenamento da expansão e do crescimento urbano. Cada uma das linhas era desdobrada em diretrizes de ação que com reflexos físico-territoriais ou legais. Quanto ao arranjo para o sistema de gestão metropolitana, foi proposto no PDI/2006 um ordenamento organizacional ao órgão de coordenação metropolitana - COMEC, para que incluísse as três instâncias: *Direção*, *Assessoramento* e *Execução*. Na *Direção* são incluídos os Conselhos Deliberativo e Consultivo além do Diretor Presidente. Em nível do *Assessoramento* se encontra o Gabinete do Diretor Presidente e a



Assessoria Técnica e, em nível da *Execução* são incluídas três diretorias, a técnica, a de transportes metropolitano a diretoria administrativo-financeira. Atualmente, com a instituição do Estatuto da metrópole a COMEC revê sua organização para posteriormente revisar o Plano de Desenvolvimento Metropolitano. A revisão deste deverá contemplar seu desdobramento em quatro outros planos: - *Plano de Desenvolvimento Econômico e Social*, - *Plano de Saneamento e Meio Ambiente*, - *Plano de Mobilidade e Transporte*, - *Plano de Habitação e Renovação Urbana*. A **Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**, criada em 1973, transformou-se intensa e rapidamente, tanto em tamanho e extensão, quanto em sua natureza e características. Em 1973, contava com 14 municípios e 1,7 milhões de habitantes. Atualmente a RMBH é composta por 34 municípios (último ingresso de município deu-se em 2002), totalizando uma população de 4,9 milhões de habitantes (segundo Censo 2010 do IBGE). Fazendo um breve histórico da RMBH, no ano de 1974 foi criado o seu ente gestor, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de BH – PLAMBEL, que ano de 1986 foi extinta, em um contexto nacional de enfraquecimento do planejamento metropolitano. O ano de 2003 marca a retomada do planejamento metropolitano, com a criação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU). O Governo do Estado de Minas Gerais implanta um novo modelo institucional de gestão metropolitana a partir de 2004, após um amplo processo de discussão pública, liderado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em articulação com o executivo estadual. Em 2006, com a aprovação das leis complementares 88, 89 e 90, foi estabelecido o novo arranjo institucional para a gestão e planejamento das duas regiões metropolitanas do Estado: Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, e Região Metropolitana do Vale do Aço – RMVA. Em 2007, para implementar o novo arranjo institucional definido por lei o governo estadual criou, na SEDRU, a Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano,. Foram definidos ainda os instrumentos de gestão metropolitana, que representam os dois pilares do sistema – um de planejamento: o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI, e outro financeiro: o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. Em 2009, tanto o Governo do Estado como parte dos municípios aportaram recursos financeiros ao Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, o que tornou possível contratar a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH, mediante a aprovação do Conselho e da Assembléia Metropolitana. O PDDI foi iniciado em setembro de 2009 e concluído em novembro de 2010, tendo como objetivo integrar o conhecimento técnico ao espaço e ao contexto político e social, para a construção de uma RMBH melhor para se viver. A Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação geral do seu Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar, foi contratada para elaborar o PDDI. Também foram envolvidas outras universidades (PUC Minas e UEMG), buscando ampliar ainda mais esse processo de disseminação da discussão metropolitana no meio acadêmico; além de assessores e consultores independentes, para a elaboração de estudos complementares. Igualmente teve ampla participação nesse processo a SEDRU, as secretarias de estado, a Assembléia Legislativa (na esfera estadual), as prefeituras, as câmaras de vereadores, movimentos sociais (na esfera municipal), a Agência, Conselho e Colegiado metropolitanos, a Granbel e movimentos sociais (no âmbito regional). O trabalho foi estruturado a partir de um Núcleo de Coordenação e de equipes aglutinadas em torno de áreas temáticas. O Núcleo de Coordenação foi composto por: Coordenação Geral, Coordenação Territorial e Coordenação para Concertação Institucional, além de três Coordenações de Núcleos Temáticos de Desenvolvimento – Econômico, Social e Ambiental. Duas Subcoordenações Operacionais reuniram ações e informações na área operacional, centrais para o trabalho em dois sistemas – *Informações e Comunicações*, e *Mobilização Social e Organização Local*, além de uma Gerência Operacional. Foram definidas dez Áreas Temáticas Transversais de caráter supra-setorial, que perpassavam os Núcleos Temáticos de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental, com um enfoque transdisciplinar. Estas buscavam uma integração transversal entre as tradicionais áreas de atuação setorial, relacionando-as entre si e reunindo temas considerados centrais para o PDDI-RMBH. Os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração do PDDI, em linhas gerais foram: entrevistas e coleta de informações junto a órgãos públicos de interesse; reunião de dados estatísticos; análise de outros estudos e diagnósticos; considerações levantadas no processo participativo. Este sistematizado por meio de conferências e oficinas regionalizadas por grupos de municípios, seminários



estruturantes e oficinas temáticas, de grande importância ao longo de todo o processo de elaboração do plano. Juntos os estudos interdisciplinares e setoriais compuseram um diagnóstico abrangente e atualizado sobre a RMBH, e serviram para balizar e informar as propostas de políticas e programas do PDDI-RMBH. Foram realizados também estudos complementares prioritários (concluídos no ano de 2011) sobre os seguintes temas: fiscal e tributário; mudanças climáticas; equipamentos de saúde; perfil epidemiológico; análises espaciais: mancha urbana, vocações e conflitos, potencial de interação e potencial de ocupação. A necessidade de buscar um grau ainda maior de integração entre os vários temas tratados no PDDI, que foram organizados em primeira instância segundo os três Núcleos Temáticos (NTs), as dez Áreas Temáticas (ATs) e os Estudos Complementares (EPs), levou à definição dos *Eixos Temáticos Integradores* (ETIs) que orientaram as políticas e programas do PDDI-RMBH: *Urbanidade, Acessibilidade, Segurança e Sustentabilidade*. O PDDI apresenta duas políticas estruturantes, a *Política Metropolitana Integrada de Centralidades em Rede* e a *Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo*. A primeira visa fortalecer uma rede metropolitana de centralidades, em contraposição à excessiva concentração urbana no núcleo central de Belo Horizonte. A segunda objetiva a consolidação de um marco regulatório para o uso e ocupação do solo, que expresse as políticas de reestruturação territorial e a territorialização das propostas do PDDI. Um dos quatro programas apresentado, o Macrozoneamento Metropolitano (<http://www.rmbh.org.br/pt-br/content/cartilha-entenda-o-macrozoneamento-rmbh>), teve início em 2014 com a contratação, novamente, da UFMG, foi concluído em meados de 2015, após 2 anos de ampla participação dos municípios e da sociedade civil organizada. Foram definidas *Zonas de Interesse Metropolitano* (ZIMs) e, estabelecidos limites, diretrizes e parâmetros gerais para cada 19 ZIM, com vistas à reestruturação territorial, o desenvolvimento produtivo sustentável e à proteção ambiental; e *Áreas de Interesse Metropolitano* (AIMs) – porções do território voltadas para a implementação de políticas de interesse metropolitano. Com a aprovação do Estatuto da Metrôpole (Lei 13.089/15) algumas ações ainda serão necessárias, entre elas: os municípios deverão atualizar e compatibilizar seus planos diretores com o macrozoneamento, devendo acontecer uma rodada final de reuniões e suporte na revisão dos PDs (realizados pela Agência Metropolitana) e a elaboração/aprovação do Projeto de Lei do PDDI.

**Lista de presenças:**

		METROPLAN	Claudio Maineri de Ugalde
		SEPLAN	Fernando Moraes
		FEE	Gisele Ferreira
SEPLAN	Antonio Paulo Cargnin		
SEPLAN	Clayton Borges		
FEE	André Coutinho Augustin	METROPLAN	Ghissia Hauser
METROPLAN	Beatrix Rizzo	METROPLAN	João Salvi
SEPLAN	Bruno de Oliveira Lemos	SEPLAN	Laurie Fofonka Cunha
FEE	Cristina Maria dos Reis Martins	METROPLAN	Marcio Barcellos
SEPLAN	Carla Giane Cunha	METROPLAN	Regina Milman Krumholz
FEE	Daiane B. Menezes	FEE	Ricardo Oliveira Junior
SEPLAN	Dionísio Saccol Sangoi	SEPLAN	Rosa Vasconcellos Schilliting
METROPLAN	Elizabeth Peter Bertoglio	SEPLAN	Rosanne Lipp Joao Heidrich
METROPLAN	Enio Meneghetti	FEE	Tomás Fiori